

O ESFORÇO DE INTERIORIZAÇÃO DO PAÍS E A CONSTRUÇÃO DE GOIÂNIA

*Wolney Unes**

Resumo

Este trabalho propõe a revisão das motivações e dos personagens atuantes no processo da mudança da capital de Goiás, de Vila Boa para Goiânia. Levantam-se diversas motivações para a mudança, dadas em diferentes momentos, com ênfase no enfoque urbanístico. Faz-se ainda um breve histórico do planejamento da localização de cidades ainda no Brasil-Colônia, buscando ainda naquele período as primeiras preocupações para a interiorização do País e para a construção de cidades nos grandes vazios do novo território.

Palavras-chave: Urbanismo; Planejamento; História de Goiás

Introdução

A decisão, nos anos 30, de edificar uma nova capital para Goiás é tradicionalmente buscada primeiramente dentro da esfera estadual e colocada como decorrente principalmente de acomodações políticas internas. Entretanto, essa mudança do sítio da capital do Estado parece estar inserida dentro de um contexto muito maior e mais antigo, a tentativa de ocupação dos vastos vazios nacionais. Esse esforço havia já sido responsável, em séculos anteriores, por um verdadeiro movimento

* Professor Assistente da UFG (unes@iname.com).

de interiorização das populações concentradas durante séculos ao longo do litoral brasileiro.

Assim, a motivação política no plano estadual pode ser enumerada apenas como *mais uma* dentre as diversas razões para mudança da capital, que foram tão diversas quanto 1) a inadequação do sítio da antiga Vila Boa, tanto econômica quanto climática; 2) a insalubridade do sítio, tanto climática quanto hídrica e geológica, e 3) dificuldades de captação hídrica, entre muitas outras. No decorrer dos dois séculos em que se discutiu a transferência da capital de Vila Boa, essas razões tiveram maior ou menor peso de acordo com a época em que foram formuladas e com seu autor.

Motivações

Com relação à motivação política no plano estadual, anteriormente citada, muitos autores dão como ponto de partida desse esforço de interiorização da população brasileira a repercussão no Estado da política de Getúlio Vargas de *Marcha para o Oeste*, bem sintetizada em conhecido discurso proferido em 1938:

A civilização brasileira, mercê dos fatores geográficos, estendeu-se no sentido da longitude, ocupando o vasto litoral, onde se localizaram os centros principais de atividade, riqueza e vida (...) é uma realidade urgente e necessária galgar a montanha, transpor os planaltos e expandir-nos no sentido das latitudes. (...) O verdadeiro sentido de brasilidade é a marcha para o Oeste. (IBGE, 1942)

Entretanto, a geógrafa norte-americana Roberta Marx Delson encontra essa preocupação já no século XVIII, no Brasil-Colônia, em pleno período pombalino. Em sua obra *New Towns for Colonial Brazil*, Delson parte do que ela chama de "mito da cidade brasileira não-planejada" (Delson, 1979). Esse mito estaria expresso, por exemplo, no fato de que "para muitos brasileiros, a criação de Brasília significou o início do planejamento urbano formal". Toda a experiência urbanizadora precedente seria, de acordo com esse mito, empírica, fruto do acaso, sem uma linha definida de ação. Contudo, para Delson, ao observar a

grande atividade de construção de cidades encetada na América hispânica a partir já dos primeiros anos da colonização,

faria pouco sentido que dois impérios ibéricos [o espanhol e o português], de antecedentes culturais tão notadamente semelhantes, fossem tão diferentes em sua atitude nos assentamentos das colônias. (Delson, 1979)

E, de fato, ao situar Brasília como início do processo de planejamento urbano no País,

poucos historiadores se recordam dos esforços de planejamento feitos na construção de Goiânia nos anos 30, ou mesmo da implementação de um plano diretor na construção de Belo Horizonte no final do século XIX. (Delson, 1979)

Infelizmente, nem mesmo grandes nomes do pensamento nacional estão a salvo dessa crença: a constatação de Sérgio Buarque de Holanda de que “a cidade que os portugueses construíram na América não é produto mental, não chega a contradizer o quadro da natureza (...). [não tem] nenhum rigor, nenhum método,” (Holanda, 1982) à luz das constatações de Delson, perde, assim, todo seu embasamento, o que é ainda mais grave por ter motivado todo um capítulo de uma de suas mais importantes obras (*Raízes do Brasil*, capítulo IV: *O semeador e o ladrilhador*).

O livro de Delson constitui-se, assim, em leitura crítica verdadeiramente obrigatória para a compreensão do processo de planejamento, de ocupação dos grandes vazios nacionais e de construção de cidades no País. Em última análise, trata-se aqui verdadeiramente da construção da realidade e cultura nacionais.

De fato, a afirmação de Holanda de que “os portugueses criavam todas as dificuldades às entradas terra adentro” (Holanda, 1982) não combina com a política pombalina do século XVIII, com seu método desenvolvido para a formação dos cinturões urbanos. Igualmente, há vários exemplos a contradizer a crença de Holanda de que “nossas cidades se dispunham muitas vezes (...) segundo o capricho dos moradores. Tudo ali era irregular. (...) [Todas as] casas em desalinho” (Delson, 1979).

Até o século XVII a situação realmente era a de concentração da colonização no litoral e, até os anos 1730, o Estado de Goiás praticamente não havia ainda sido explorado. Com a descoberta de minerais preciosos em suas terras, notadamente no Rio Vermelho, em 1736 o então governador de São Paulo,² Conde de Sarzedas, foi orientado de que “apenas através do estabelecimento de vilas e de um governo nelas”³ seria possível controlar as novas terras, evitando o contrabando do recém-descoberto ouro. Sarzedas morreu em 1737 justamente a caminho daquelas terras que haveriam de se constituir na nova província, para levar a cabo as ordens de fundação da vila em Goiás, segundo Delson, “com cópias da legislação de planejamento urbano que o auxiliariam na edificação eficiente de uma nova cidade” (Delson, 1979).

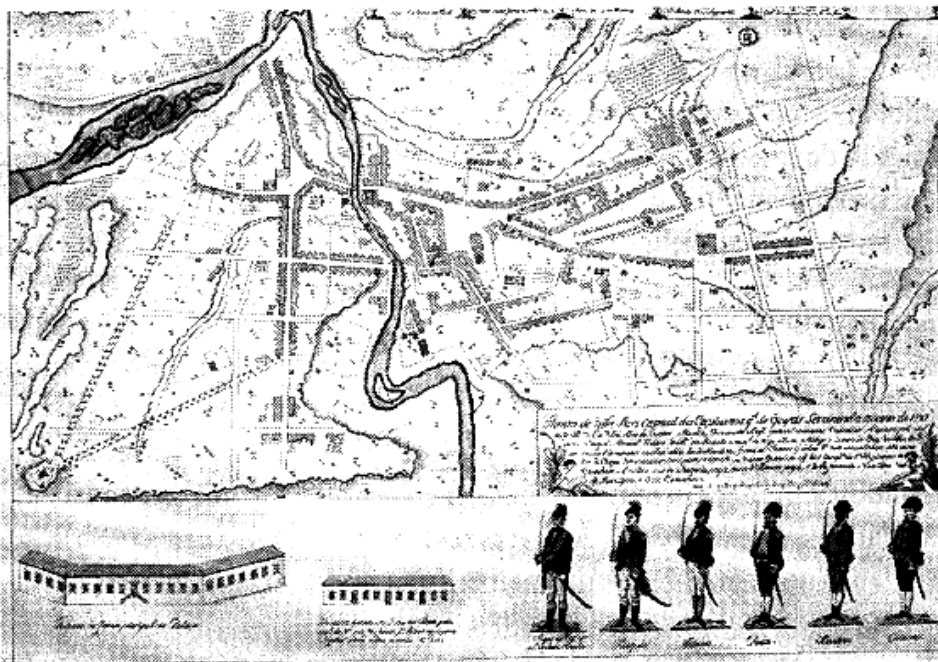


Figura 1: Plano de Vila Boa, séc. XVIII

Não foi, então, antes de 1739 que a Câmara de Vila Boa pôde enviar relatório (19 de dezembro de 1739) comunicando o início da construção da nova vila ao governador da província, Dom Luís de Mascarenhas. Entretanto, Mascarenhas não foi de todo rígido com relação

à obediência ao plano previsto da quadrícula ortogonal: vários edifícios públicos foram mesmo construídos em desacordo com o alinhamento proposto.

Assim, algumas décadas mais tarde, em 1770, o governador Luís Cunha Menezes – já da nova província de Goiás, constituída em 1748 – lança uma nova ordenança exigindo a definição de um plano diretor para Vila Boa, numa tentativa de evitar “a irregularidade com que os fundadores da capital construíram os edifícios, arruinada pela falta de alinhamento.”⁴

Na verdade, a edificação de Vila Boa, com a finalidade de ocupar uma área de mineração e potencial rota de contrabando, não foi um fato isolado. Todo esse esforço de interiorização, de locação de prepostos administrativos no interior do País (que acabou culminando na recomendação de criação de uma nova província), preenchendo os grandes vazios nacionais, fazia parte de um projeto maior, mais ambicioso, que tinha suas origens no governo central, ainda em Portugal.

Em 1750, com a morte de João V, José I assumiu o trono português. O primeiro-ministro, Sebastião José de Carvalho e Melo, o marquês de Pombal, foi contudo quem de fato assumiu o governo do império até 1777. A política de Pombal com relação ao Brasil era orientada por uma idéia:

a autoridade real seria estendida aumentando-se o número de cidades no interior e integrando-as em um programa que visasse à exploração do território desconhecido. (Delson, 1979)

Assim, em pleno século XVIII, contrariando a atitude dominante dos séculos precedentes, já se dava conta da necessidade de dotar os vazios nacionais de cidades e vilas comprometidas – pelo menos geograficamente – com sua realidade:

unicamente por meio da fundação de vilas e do estabelecimento nelas da administração governamental, esses homens que perambulam sem destino através desses campos auríferos podem ser controlados, sendo inconveniente deixá-los vaguearem sem vigilância, por causa das desordens que podem cometer. (Delson, 1979)

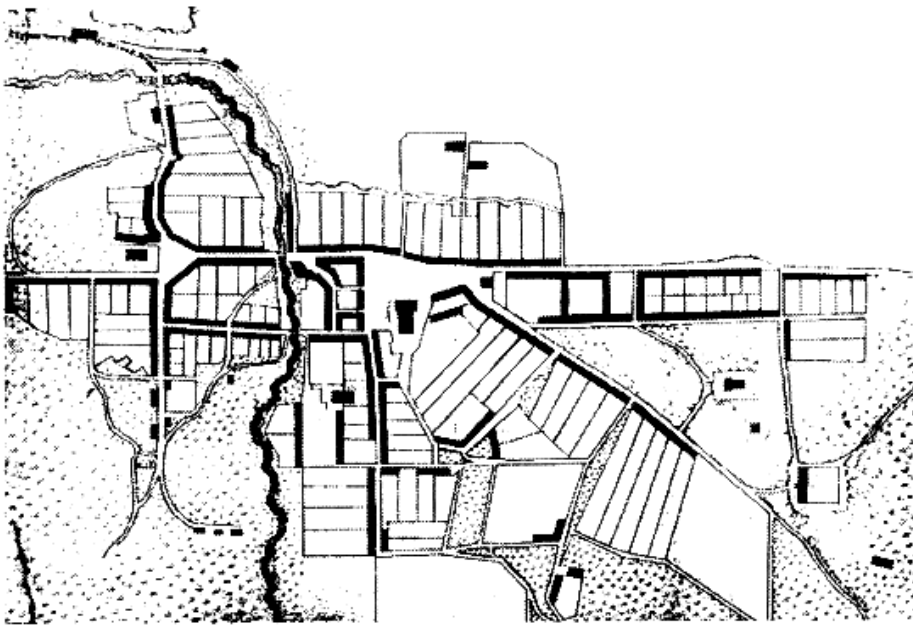


Figura 2: Plano de Vila Boa com o realinhamento, 1782

A partir do período pombalino era já, portanto, evidente o esforço de ocupação dos espaços nacionais. E é esse pensamento que foi retomado com Vargas e teve um renascimento no regime militar de 1964, cujo lema era justamente “integrar para não entregar.”

O esforço pombalino, assim, produziu cidades tanto seguindo o conceito de um cinturão oeste, que avançaria concentricamente a partir da capital do império (do qual fazem parte Corumbá e Cáceres – MS, Viçosa e Trancoso – BA, Baturité – CE, Lajes – SC, entre outras) como o conceito de postos avançados na região amazônica, baluartes da cultura européia (Barcelos – AM, Macapá – AP, entre outras, algumas das quais nem mais existentes). Em Goiás, além de Vila Boa, planejou-se e construiu-se também Mossâmedes, ambas dentro da idéia do anel oeste.

Graeff atualiza essa política de interiorização colonial para o caso de Goiânia e vê a nova capital como uma

ponta de lança, avançada no tempo histórico e no espaço geográfico, espécie de vanguarda das centenas e centenas de cidades novas instaladas durante os últimos 50 anos: no Oeste de Santa Catarina e do Paraná, na Alta Paulista, no Mato Grosso do

Sul, e, mais recentemente, em Goiás, no Mato Grosso e, através de difíceis e longos caminhos de desbravamento e penetração, no casto e espantoso universo da Amazônia (Graeff, 1985).

De fato, o abandono do esforço de interiorização do urbanismo brasileiro a partir do Império, em inícios do século XIX, pelo menos com a sistematização e ímpeto do século anterior, foi responsável pela generalização da crença de que a construção de Goiânia fosse o início de um processo. Pelo contrário, trata-se, nesse caso, mais do resultado de uma *retomada* desse processo, que de algo totalmente novo. Assim, foi necessário, para a retomada desse processo, que quase um século se passasse até que o plano de Aarão Reis para Belo Horizonte fosse implementado, transferindo a capital mineira de uma locação limitada, limitante, encravada no relevo especialmente acidentado de Ouro Preto, para o planalto ao norte da Serra do Curral.

No âmbito goiano, cumpre, pois, salientar que a decisão do então governador do estado, o interventor Pedro Ludovico – com motivos em parte coincidentes com os dos mineiros –, de construir uma nova capital para Goiás não constituía novidade. No âmbito estadual, quase dois séculos antes, ainda em 1754, o governador da província de Goiás, Conde dos Arcos, “observava ao soberano português a deficiência climática e as difíceis comunicações de Vila Boa, sugerindo a mudança da capital para Meia Ponte [atual Pirenópolis].”⁵ (Palacín, *in*: Chaul, 1988)

Um século mais tarde, em 1830, o marechal Lino de Moraes lançava outra idéia: “a mudança da capital para o norte, região mais povoada e de comércio mais franco, era medida a ser tomada com urgência” (Brasil, *in*: Monteiro, 1938). Apenas algumas década depois, Couto de Magalhães voltou a propor a mesma idéia em sua obra *Primeira Viagem ao Araguaia*, enumerando diversas razões: “(...) continuar a capital aqui é condenar-nos a morrer de inanição, assim como morreu a indústria que indicou a escolha deste lugar [a mineração aurífera]” (IBGE, 1942).

Atílio Correia Lima, arquiteto e urbanista, autor do plano urbanístico de Goiânia, em seu ensaio *Goiânia - A Nova Capital de Goiás*, retomaria mais tarde essa mesma linha de pensamento, ao sugerir três maneiras como os acontecimentos podem evoluir e afetar a existência e prosperidade de uma aglomeração urbana:

desenvolver-se, quando esta atividade subsiste; transformar-se, se surge nova forma de atividade; ou perecer por falhar qualquer das duas hipóteses precedentes (IBGE, 1942).

A seu ver, Ouro Preto – assim como Vila Boa de Goiás – foi vítima do fim da “atividade que justifica sua existência.” Além disso, não soube “transformar-se ao surgir uma nova forma de atividade,” razão pela qual “pereceu em virtude da decadência da mineração” (IBGE, 1942), assim como São João del Rei e Sabará - MG, Lençóis da Bahia, entre muitas outras. Segundo Atílio, sobreviveriam apenas aquelas cidades que soubessem direcionar sua antiga atividade através de uma mudança em sua conceituação.

Finalmente, na constituição estadual promulgada em 1891, bem como nas suas sucessivas reformas, reza o artigo 5º, título 1º: “A cidade de Goiás continuará a ser a capital do Estado, enquanto outra coisa não deliberar o Congresso” (IBGE, 1942). Legalmente estava, assim, aberto o caminho para a efetivação da mudança da capital, que seria levada a cabo com Pedro Ludovico poucas décadas mais tarde.

Pedro Ludovico e Vila Boa

Vários autores enumeram razões, motivações e manobras para o desejo de Pedro Ludovico de transferir a capital. Chaul (1988) vê uma forte motivação política: Ludovico, originário de Rio Verde, no Sudoeste do Estado, não pertencente a nenhuma das oligarquias goianas tradicionais, praticamente todas com base política em Vila Boa (notadamente a família Caiado), através da mudança da capital, esvaziaria seu poder. A revolução de 30, à qual Ludovico desde o início se aliara, trouxe novo alento às suas expectativas.

Com efeito, agora coincidiam – apesar das diferentes motivações – as vontades do governo revolucionário federal e dos insurretos estaduais: a Marcha para Oeste de Vargas e a luta contra as oligarquias vilaboenses de Ludovico.

Do plano nacional partia uma solução possível, capaz de conglomerar as dissidências goianas e dar-lhes alternativas para desafiar mais frontalmente o caiadismo: a Aliança Liberal. (...) Resolveram fundar a Aliança Liberal que aglutinava, além dos

dissidentes [de Minas e São Paulo] os que queriam participar do contexto político e se viam tolhidos em suas ações, como Rio Grande do Sul, Paraíba e Rio de Janeiro. Em Goiás, a Aliança Liberal serviu como alternativa para as dissidência oligárquicas regionais (Chaul, 1988).

Entretanto, mesmo após a revolução, Ludovico acabou encarcerado em Rio Verde após derrota num combate com tropas caiadistas do governo do Estado, tendo sido necessária a intervenção de tropas revolucionárias vindas de Minas Gerais para sua libertação e nomeação como interventor do governo revolucionário no Estado:

outra coluna, entrando pelo sudoeste [de Minas Gerais], penetrava e ocupava as cidades goianas; era a chamada coluna 'Arthur Bernardes', chefiada por Quintino Vargas. Após atemorizar as forças caiadistas, a referida coluna chegou a [Vila Boa de] Goiás já ciente da vitória da Revolução. Ao chegar à capital, a coluna, sem represálias, ocupou o palácio do governo, empossando Carlos Pinheiro Chagas na Interventoria Federal. Quintino Vargas foi indicado a assumir a Interventoria Goiana, já que Pinheiro Chagas retornaria a Minas Gerais (Chaul, 1988).

Entretanto, Quintino Vargas acabou recusando o cargo em favor de Pedro Ludovico.

Enfim, "a Revolução de 30 em Goiás se concretizava pela ação das tropas mineiras" (Chaul, 1988). Estava, portanto, aberto o caminho para a efetivação do alentado sonho mudancista, fosse sua motivação política, modernizante ou mesmo ambientalista.

De fato, o aspecto ambiental, de "busca de salubridade," foi mais de uma vez mencionado como importante empecilho ao desenvolvimento de Vila Boa e motivação para a mudança da capital. Em 1830, escrevia o Marechal Lino de Moraes:

Quanto à salubridade, não conheço, entre todos os lugares onde tenho viajado (e não são poucos) um, onde se reúnam tantas moléstias graves. Quase se pode asseverar que não existe aqui um só homem são (apud Monteiro, 1938).

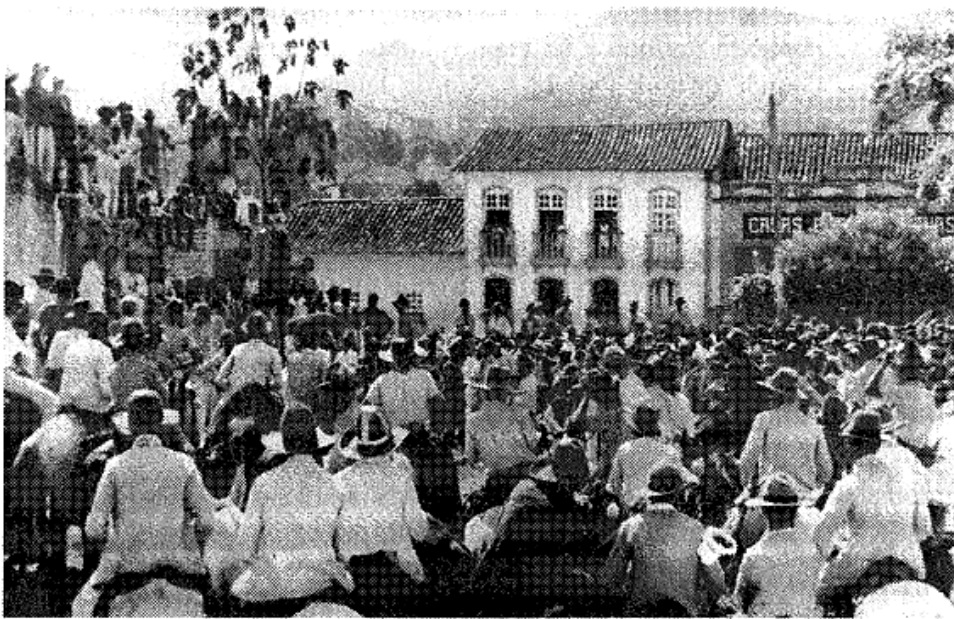


Figura 3: Vila Boa com Serra Dourada ao fundo

Atílio Correia Lima, em seu já citado estudo, *Goiânia - Nova Capital de Goiás*, lembra que “somente por um estreito desfiladeiro, única passagem natural, transpõe-se este obstáculo [a Serra Dourada], alcançando-se o Rio Vermelho (...) num profundo grotão [ao norte]” (IBGE, 1942). Assim, a ventilação na região onde se situa Vila Boa (de origem predominantemente leste/sudeste) é bastante prejudicada pela sua situação.

Quanto ao solo, é “em quase sua totalidade de rocha calcária e cascalho,” (IBGE, 1942) de grande permeabilidade e pouca capacidade depuradora. Um ex-governador do estado, Rodolfo Gustavo da Paixão, partilhava do mesmo pensamento, escrevendo em 1890 que a cidade

desprovida de um bom sistema de esgotos, capaz de evitar o uso prejudicialíssimo das latrinas perfuradas no terreno, onde as matérias fecais, sem escoamento, entram em rápida decomposição e exalam deletérios miasmas e, absorvidas pelo subsolo, bastante permeável, comunicam-se com os poços de serventia, de ordinário abertos nas proximidades daqueles focos de infecção, a decadente Vila Boa hospeda em seu seio poderosos agentes de destruição (IBGE, 1942).

De fato, tanto a eliminação das águas servidas como a distribuição de água potável sempre foram sobremaneira primitivas em Vila Boa. Apenas em 1772 foi erigido o primeiro poço, a Fonte da Carioca, pelo governador Dom José de Almeida Vasconcelos. Seis anos depois, o mesmo governador construiu o chafariz no Largo da Cadeia, ainda hoje em utilização.



Figura 4: Chafariz do Largo da Cadeia

A água potável tinha de ser trazida de longe, pois aquela do subsolo era “saturada de carbonato de cálcio e de outras substâncias que a tornam viscosa, fã-la impotável e refratária ao sabão” (IBGE, 1942). Ainda, a proximidade promíscua das fossas aos poços nos quintais das residências, contribuía para tornar a água mais inadequada ao uso:

dada a natureza do subsolo, constituído de cascalho e de rocha, não se verifica a depuração natural das fossas, dando-se uma infiltração rápida que contamina rapidamente o lençol subterrâneo (...) acarretando a impossibilidade de recorrer à abertura de poços nos quintais (IBGE, 1942).

A mesma característica rochosa do subsolo dificulta a construção de uma rede, seja de abastecimento ou de águas servidas, na cidade, pois “dispendioso seria qualquer perfuração para colocar os encanamentos e o que seria preciso despendar para romper este solo que só cede à violência da dinamite” (IBGE, 1942).

A Efetivação da Mudança

Assim, o primeiro passo para a efetivação da idéia da construção da nova cidade foi a definição do sítio. Um sítio onde aqueles vários problemas identificados em Vila Boa não estivessem presentes. Para isso, foi nomeada, por um decreto do interventor Pedro Ludovico (Decreto 2737), em 20 de dezembro de 1932, uma comissão para “proceder aos estudos atinentes à adaptação ou escolha de local para nesse ser edificada a nova cidade” (Monteiro, 1938).

Em janeiro de 1933 houve a primeira reunião daquele grupo, que definiu como “três requisitos essenciais a abundância d’água, bom clima e topografia adequada” (Monteiro, 1938), numa clara referência àqueles problemas da antiga Vila Boa. Esta comissão, formada por sete membros, dentre os quais o bispo de Vila Boa, o comandante do exército e um engenheiro, José Argenta, após considerar vários sítios, inclusive algumas cidades já existentes, decidiu-se pela região da cidade de Campinas:

resolveu a comissão finalmente que a nova capital fosse construída em Campinas, nas proximidades da Serrinha, em local que deverá ser oportunamente demarcado por estudos definitivos, ou que, caso venha a convir aos interesses do governo na mudança urgente, a melhor localidade para esse fim é a cidade de Bonfim [atual Silvânia] (Monteiro, 1938).

Após esta escolha preliminar, foi chamado um urbanista de renome do Rio de Janeiro, Armando de Godói, para corroborar a escolha da comissão. Em um relatório ao interventor, Godói aprova a escolha do sítio. Neste relatório, ainda, Godói lembra, mais de uma vez, o caso de Belo Horizonte, Letchworth e Gary, numa clara referência às *Garden cities* inglesas, e demonstrando sintonia com os ideais urbanistas da época.

Sintonia também com os ideais arquitetônicos da época podem ser inferidos, ainda, em outro trecho de seu relatório, apresentado a Ludovico em 24 de abril de 1933. Numa alusão a uma das maiores preocupações do governo do estado – o financiamento e o custo da edificação de uma nova cidade – Godói faz uma referência ao estilo das edificações, por trás do qual podem ser vislumbradas algumas nuances déco:

Um edifício público não precisa ser constituído por materiais caros para se impor à admiração geral, sob o ponto de vista estético. A beleza de uma construção está na relação das suas diferentes partes e na distribuição dos seus volumes (IBGE, 1942).

Estaria aqui embutida uma previsão acerca da típica *distribuição de volumes* do déco, que estaria presente, por exemplo, nos edifícios do Ateneu Dom Bosco e na Estação Ferroviária? Ou trata-se de uma referência à *relação das diferentes partes* responsável pela fisionomia déco do quase neoclássico edifício do hoje Museu Zoroastro Artiaga?

Godói vislumbra também em seu relatório um artifício ainda hoje utilizado, como motor para o “estímulo ao desenvolvimento urbano”: “a dispensa (...) de certos impostos, dentre os quais o de construção e mesmo o predial” (IBGE, 1942). Assim, o governo do estado deveria capitalizar o interesse que fatalmente haveria de surgir em torno de uma nova capital (fato que se repetiu na década de 80 com a edificação da nova capital do estado do Tocantins – Palmas), construindo apenas alguns poucos edifícios públicos e deixando o restante para a iniciativa privada.

Em outro trecho ainda, Godói cita, como exemplo de bom trabalho de propaganda para atração de habitantes, a cidade industrial de Magnitogorsk, na Sibéria soviética. Assim como Goiânia, trata-se de uma cidade construída em zona praticamente desabitada, criada com o intuito de aproveitamento da grande ocorrência mineral nas suas proximidades, e que, em “menos de cinco anos, já conta 200 mil habitantes” (IBGE, 1942).

Por outro lado, não obstante a aparente sintonia de Godói com a situação do urbanismo e arquitetura internacionais, em outros trechos dá mostras de uma previsão totalmente torta, de cujos reflexos até hoje

a cidade, a região e o próprio País se ressentem: “Julgo não haver necessidade de recorrer à ligação ferroviária, pois penso que os modernos ônibus e caminhões automotores satisfarão a todas as necessidades de comunicação.” Em entrevista, concedida ao jornal *Correio da Manhã* do Rio de Janeiro, em maio de 1934, afirma absurdamente ainda que: “Em alguns países já se tem arrancado os trilhos de algumas vias férreas e as transformado em rodovias” (IBGE, 1942).

Entretanto, na raiz da previsão errada de Godói está o fato de a apologia do automóvel individual e individualizante ser reconhecida como característica marcante deste período, dos anos 20 e 30, num certo deslumbramento e supervalorização da nova tecnologia. Trata-se de um momento em que todos os diversos problemas (de natureza ambiental, urbanística, cultural) que o privilégio desfrutado pelo transporte individual tem causado nas cidades brasileiras nem sequer podiam ser vislumbrados.

De fato, vem a favor da preocupação ambientalista de Godói outro trecho de seu relatório, quando pede que “as bacias dos riachos escolhidos para abastecer de água a futura capital sejam desapropriadas até as nascentes.” Infelizmente esta recomendação está ainda hoje por ser acatada.

Efetivada e comprovada a escolha do sítio, removidos alguns obstáculos legais, respondidas algumas contestações judiciais, Ludovico assina em 18 de maio de 1933 o decreto 3359, de desapropriação da região das “fazendas Criméia, Vaca Brava e Botafogo” (Monteiro, 1938), no município de Campinas, cujos sonoros nomes ainda hoje são evocados em nomes de bairros, córregos e parques da cidade.

Logo em seguida, em 6 de julho do mesmo ano, o interventor nomeia a firma P Antunes & Cia, do Rio de Janeiro, representada pelo urbanista Atílio Correia Lima, para a elaboração do projeto da futura capital para “comportar uma população de 50.000 habitantes”, de acordo com o decreto 3547 (Monteiro, 1938). Entre outras especificações, este decreto requer da empresa contratante o traçado da cidade, o plano diretor com logradouros e zoneamento, o loteamento e o plano detalhado do centro cívico.

Diversas foram as motivações que deram origem à construção de Goiânia. Vários foram também os personagens dessa verdadeira epopéia em que se constitui a construção de toda uma cidade, ainda mais tratando-se de uma cidade com o destino precípua de abrigar a administração política de um Estado. Goiânia, assim, não é apenas uma idéia de Pedro Ludovico, embuído do espírito de interiorização do governante federal e motivado por razões políticas. As razões que culminaram com a construção da cidade são maiores que todos esses elementos – tiveram sua origem no distante Marquês de Pombal e passaram por motivações tão díspares como as que vimos.

Cada uma dessas motivações era a mais importante aos olhos daquele que as formulava: exploradores ofereciam como embasamento para a mudança da capital razões de acessibilidade; geólogos, motivações hídricas, topográficas e geológicas; políticos, uma iniquidade no balanço político do Estado, e arquitetos e urbanistas, estes abarcavam uma gama multidisciplinar de motivações (como sua própria atividade) que iam desde o desafio de projetar uma cidade contemporânea até a dificuldade na solução de detalhes urbanos técnicos na antiga Vila Boa.

É do somatório de todas essas expectativas que nasceu Goiânia, muito mais um fruto de diversas angústias nacionais acumuladas ao longo de séculos (e em parte ainda hoje atuais) que uma decisão tempestiva e local. E é como símbolo dessa expectativa nacional que devemos continuar a encará-la, não como um mero e efêmero fato provinciano.

Abstract

This paper reviews the motivation and the characters involved in the process of building a new capital for the State of Goiás, moving it from old Vila Boa to new built Goiânia. Several reasons for the building of the new city, from the standpoint of urban planning, have been investigated, each one of them proposed in different periods. A brief account on urban planning in Colonial Brazil enlightens the primary motivation and efforts for the occupation of the vast Brazilian hinterland, a process in which the construction of towns had a central importance, and to which Goiânia owes its life.

Key-words: Urbanism; History of Goiás; Goiânia.

Notas

- 1 Vem sendo preparada uma tradução – ainda que tardia – dessa importante obra, ainda inédita no Brasil, a ser lançada provavelmente ainda este ano.
- 2 As recém-descobertas terras situavam-se, então, na província de São Paulo e foi somente em 1748 que a nova província foi emancipada.
- 3 Parecer do Conselho da Capitania de São Paulo de 25 de janeiro de 1736 (Delson, 1979).
- 4 *Instruções para o realinhamento de Vila Boa, ordenadas pelo governador Luís Cunha Menezes*. In: DELSON, R. op. cit.
- 5 Na verdade o Conde dos Arcos nada mais fazia que reiterar a mesma recomendação de Dom Luís de Mascarenhas, feita em 1739, de que se aproveitasse o então arraial de Meia Ponte (atual Pirenópolis) para construção da sede da futura província.

Referências bibliográficas

- DELSON, R. M. *New Towns for Colonial Brazil*. Syracuse: Del Plain Latin American Studies, 1979.
- IBGE. *Goiânia*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1942.
- HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1982.
- GRAEFF, E. A. *Goiânia: 50 Anos*. Brasília: MEC-SESU, 1985.
- CHAUL, N. F. *A Construção de Goiânia e a Transferência da Capital*. Goiânia: Cegraf-UFG, 1988.
- MONTEIRO, O. S. do N. *Como nasceu Goiânia*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1938.